

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã

CNPJ: 61.699.567/0069-80



### Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã**, que integra a SPDM. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2022. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.**

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2021	2020		2021	2020
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>471.138.193,60</b>	<b>248.568.385,24</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>471.172.388,06</b>	<b>248.509.841,30</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa - Nota 3.1</b>	<b>13.719.760,48</b>	<b>22.968.749,94</b>	<b>Fornecedores - Nota 3.9</b>	<b>578.056,92</b>	<b>428.309,27</b>
Bancos conta Movimento - Nota 3.1	2.423,89	3.925,91	Fornecedores Nacionais	578.056,92	428.309,27
Aplicações Financeiras - Nota 3.2	13.717.336,59	22.964.824,03	<b>Serviços de Terceiros - Nota 3.10</b>	<b>3.004.778,83</b>	<b>3.517.987,28</b>
<b>Cliente e Outros Recebíveis Saúde</b>	<b>456.652.062,30</b>	<b>225.053.572,96</b>	Serviços de Terceiros P. Jurídica	3.004.778,83	3.517.987,28
<b>Clientes Nota 3.3</b>	<b>455.776.858,30</b>	<b>223.996.289,45</b>	<b>Serviços Próprios</b>	<b>27.367.001,28</b>	<b>24.009.063,27</b>
Prefeitura Município de São Paulo - Afiliadas - Nota 3.3.1	455.776.858,30	223.996.289,45	Salários a Pagar - Nota 3.11	7.860.895,08	7.127.902,17
<b>Outros Créditos Saúde – Nota 3.4</b>	<b>875.204,00</b>	<b>1.057.283,51</b>	Contribuições a Recolher - Nota 3.12	1.968.427,48	1.662.058,17
Adiantamento SPDM	0,00	0,00	Provisão de Férias - Nota 3.13	12.720.497,37	11.036.471,81
Adiantamentos e outros créditos - Nota 3.4.1 a 3.4.3	875.204,00	1.057.283,51	Provisão de FGTS sobre Férias - Nota 3.13	1.016.298,54	882.727,45
<b>Despesas Antecipadas Saúde</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03	177.715,21	0,00
Despesas Antecipadas - Nota 3.6	0,00	0,00	Impostos a Recolher	3.591.177,31	3.271.241,78
<b>Estoque Saúde - Nota 3.5</b>	<b>766.370,82</b>	<b>546.062,34</b>	Benefícios - Nota 3.14	31.990,29	28.661,89
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	44.242,48	15.509,53	<b>Tributos</b>	<b>412.428,45</b>	<b>377.753,89</b>
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	289.498,78	150.135,08	Obrigações Tributárias - Nota 3.15	412.428,45	377.753,89
Materiais de Almoxarifado	432.277,22	380.417,73	<b>Conta a Pagar / Valores de Terceiros</b>	<b>439.535.446,89</b>	<b>219.926.466,36</b>
Empréstimos de Materiais a Terceiros	352,34	0,00	Convênios/Contratos		
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>663.504.047,32</b>	<b>3.872.910,51</b>	Públicos a Realizar - Nota 3.17	439.395.307,07	219.753.557,65
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>659.913.406,23</b>	<b>0,00</b>	Serviços de Terceiros P. Física	79.229,73	73.140,21
<b>Diversos Valores a Receber</b>	<b>659.913.406,23</b>	<b>0,00</b>	Outras Contas a Pagar - Nota 3.16	44.659,06	48.356,24
Valores a Receber	659.913.406,23	0,00	Estrutura SPDM	16.251,03	50.299,76
<b>Ativo Imobilizado Terceiros - Nota 3.7</b>	<b>4.148.073,10</b>	<b>3.786.514,59</b>	Recebimento de Materiais de Terceiros	0,00	1.112,50
Imobilizado - Bens de Terceiros	4.148.073,10	3.786.514,59	<b>Arrendamento Mercantil – Nota 3.8</b>	<b>274.675,69</b>	<b>250.261,23</b>
<b>Ajuste Vida Útil Econômica</b>			Passivo de Arrendamento Bens Imóveis	373.924,36	358.220,64
<b>Bens Terceiros - Nota 3.7.1</b>	<b>(1.483.793,07)</b>	<b>(962.513,16)</b>	Encargos Financeiros a Transcorrer	(99.248,67)	(107.959,41)
Bens Terceiros	(1.483.793,07)	(962.513,16)	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>663.469.852,86</b>	<b>3.931.454,45</b>
<b>Arrendamento Mercantil – Nota 3.8</b>	<b>1.285.614,92</b>	<b>1.418.732,13</b>	<b>Não Circulante Saúde</b>	<b>663.469.852,86</b>	<b>3.931.454,45</b>
<b>Direito de Uso de Bens Imóveis</b>	<b>1.285.614,92</b>	<b>1.418.732,13</b>	<b>Recursos Convênios em Execução – Saúde</b>	<b>662.577.686,26</b>	<b>2.824.001,43</b>
<b>Depreciação de Direito de Uso - Nota 3.8</b>	<b>(359.253,86)</b>	<b>(369.823,05)</b>	Imobilizado - Bens de terceiros - Nota 3.7	4.148.073,10	3.786.514,59
Bens Imóveis	(359.253,86)	(369.823,05)	Ajust. vida útil econômica - Bens de terceiros - Nota 3.7.1	(1.483.793,07)	(962.513,16)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.134.642.240,92</b>	<b>252.441.295,75</b>	Valor Estimado - Rescisão de Contrato	0,00	0,00
<i>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.</i>			<b>Convênios/Contratos</b>		
<b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b>			Públicos a Realizar	659.913.406,23	0,00
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			<b>Outras Obrigações com Terceiros - Saúde</b>	<b>185.045,10</b>	<b>295.962,83</b>
<b>Descrição</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/20</b>	Provisão de Despesa Proc. Cíveis	0,00	250.000,00
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			Provisão Despesa Proc. Trabalhistas	185.045,10	45.962,83
Superávit /Déficit do exercício/período	0,00	0,00	<b>Arrendamento Mercantil - Saúde – Nota 3.8</b>	<b>707.121,50</b>	<b>811.490,19</b>
<b>Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			Passivo de Arrendamento Bens Imóveis	828.000,00	1.012.000,00
Depreciação e amortização	538.552,47	573.680,48	Encargos Financeiros a Transcorrer	(120.878,50)	(200.509,81)
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	0,00	0,00	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.134.642.240,92</b>	<b>252.441.295,75</b>
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	0,00	0,00	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.134.642.240,92</b>	<b>252.441.295,75</b>
(Aumento) Redução em contas a receber	(231.780.568,85)	(51.601.979,65)	<i>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.</i>		
(Aumento) Redução outros créditos	(659.731.326,72)	134.307.211,87	<b>Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado</b>		
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	0,00	19.482,21	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
(Aumento) Redução em estoques	(221.420,98)	(304.879,18)	<b>Descrição</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/20</b>
Aumento (Redução) em fornecedores	(363.460,80)	685.552,59	<b>1 - Receitas</b>	<b>253.860.719,68</b>	<b>218.664.872,07</b>
Aumento (Redução) doações e subvenções/Contratos Gestão	879.555.155,65	(90.881.821,76)	1.1) Prestação de serviços	208.625.405,79	178.600.689,90
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	3.250.038,45	2.546.526,69	1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(159.721,40)	1.315.648,57	1.3) Outras Receitas	305.862,46	33.482,66
Aumento (Redução)			1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	44.929.451,43	40.030.699,51
Passivo de Arrendamento	(79.954,23)	1.061.751,42	1.5) (-) EPLCD-Estim Perdas Crédito/Receitas Anuladas	0,00	0,00
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(8.992.706,41)</b>	<b>(2.278.826,76)</b>	<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>45.222.489,96</b>	<b>32.625.102,53</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	4.111.353,28	2.354.931,89
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	0,00	0,00	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	39.428.825,12	27.574.348,20
(-) Aquisições de imobilizado	0,00	0,00	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	176.499,92	1.414.363,99
(-) Adição de Bens de Terceiros	159.721,40	(1.315.648,57)	2.4) Outros	1.505.811,64	1.281.458,45
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00	<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>208.638.229,72</b>	<b>186.039.769,54</b>
(-) Direito de Uso	(416.004,45)	(1.622.589,56)	<b>4 - Retenções</b>	<b>538.552,47</b>	<b>561.125,12</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(256.283,05)</b>	<b>(2.938.238,13)</b>	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	538.552,47	561.125,12
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>208.099.677,25</b>	<b>185.478.644,42</b>
Captação de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>626,68</b>	<b>619,37</b>
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	6.1) Receitas financeiras	626,68	619,37
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00	<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>208.100.303,93</b>	<b>185.479.263,79</b>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00	<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>208.100.303,93</b>	<b>185.479.263,79</b>
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(9.248.989,46)</b>	<b>(5.217.064,89)</b>	8.1) Pessoal e encargos	158.258.992,90	140.881.631,46
<b>Saldo inicial de Caixa e equivalente</b>	<b>22.968.749,94</b>	<b>28.185.814,83</b>	8.2) Impostos, taxas e contribuições	75.671,85	73.915,99
<b>Saldo final de Caixa e equivalente</b>	<b>13.719.760,48</b>	<b>22.968.749,94</b>	8.3) Juros	208,73	624,12
<i>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.</i>			8.4) Aluguéis	4.835.979,02	4.492.392,71
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2021</b>			8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	44.929.451,43	40.030.699,51
<b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:</b> A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. <b>Características da Unidade Gerenciada:</b> A partir Do Decreto Municipal nº 52.858/2011 Chamamento Público nº 002/2015 – SMS.G/NTCSS a Comissão Especial de Seleção de Organização Social publicada em Diário Oficial na data de 25 de Março de 2016 a gestão da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde (Miorrorregião Butantã), área na Zona Oeste de São Paulo com população estimada em 430 mil habitantes distribuídos nos seguintes bairros: Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia. O contrato firmado em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, tem por objetivo prestar assistência integral e gratuita aos moradores da região, por meio do conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos em todos os níveis de complexidade do sistema. O Contrato de Gestão R022/2016 SMS/NTCSS processo nº					

*continua*



<b>...continuação</b>			
	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>	
Saldos em Bancos	2.423,89	3.925,91	
Aplicações Financeiras	13.717.336,59	22.964.824,03	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13.719.760,48</b>	<b>22.968.749,94</b>	

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2021 o montante de R\$ 2.423,89 (dois mil e quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos) demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa - Rentabilidade %	31/12/2021
Banco do Brasil	BB CDB DI SWAP	0,97% a.m	1.866.974,01
Banco do Brasil	CDB DI	0,97% a.m	11.685.180,05
Santander		1% a.m	165.182,53
<b>Total</b>			<b>13.717.336,59</b>

\* a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber Curto Prazo:** Os valores registrados nesta conta em 2021 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao termo de Contrato nº R022/2016 proveniente da Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde cujo saldo é composto de R\$ 455.776.858,30 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões e setecentos e setenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e trinta e trinta centavos).

**3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual:** Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual, em virtude da Cláusula nº 10 do Contrato de Gestão nº SPDOC 1808981/2020 prever que, os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas em curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados referentes a benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2021 foi de R\$ 950,86 (novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos). **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período, o saldo em 31.12.2021 foi de R\$ 733.575,20 (setecentos e trinta e três mil e quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos). **3.4.3 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde, o saldo em 31.12.2021 foi de R\$ 140.677,94 (cento e quarenta mil e seiscentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos). **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2021 é de R\$ 766.370,82 (setecentos e sessenta e seis mil e trezentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos) conforme demonstrado abaixo:

Tipo	2021	2020
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	44.242,48	15.509,53
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	289.498,78	150.135,08
Materiais de Almoxarifado	432.277,22	380.417,73
Empréstimos de Materiais a Terceiros	352,34	0,00
<b>Total</b>	<b>766.370,82</b>	<b>546.062,34</b>

**3.6 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguro de imóvel, para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficientemente para coberturas de eventuais sinistros, e assim

RASTS Butantã	Arrendamento Mercantil							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Custo/despesa com arrendamentos de imóveis	0,00	610.962,00	630.975,72	373.924,36	324.000,00	284.000,00	220.000,00	2.443.862,08
Depreciação do Direito de Uso	0,00	561.125,15	538.552,47	295.948,44	249.064,00	215.611,21	165.737,33	2.026.038,60
Juros s/ Arrendamentos	0,00	62.679,23	135.017,04	99.248,67	69.868,84	39.602,08	11.407,62	417.823,48
Varição entre caixa e resultado	0,00	(12.842,38)	(42.593,79)	(21.272,75)	5.067,16	28.786,71	42.855,05	0,00

Direito de Uso	Equipamentos		
	Imóveis	Equipamentos	Total
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
	1.418.732,13	0,00	1.418.732,13
Adições	416.004,45	0,00	416.004,45
Baixas direito de uso 100% depreciados	(549.121,66)	0,00	(549.121,66)
Amortizações	(359.253,86)	0,00	(359.253,86)
Reclassificação	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>926.361,06</b>	<b>0,00</b>	<b>926.361,06</b>

Passivo de Arrendamento	Equipamentos		
	Imóveis	Equipamentos	Total
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
	1.370.220,64	0,00	1.370.220,64
Adições	416.004,45	0,00	416.004,45
Baixas	0,00	0,00	0,00
Pagamentos - executados e em processo	(630.975,72)	0,00	(630.975,72)
Bonificações	0,00	0,00	0,00
Juros apropriados sobre arrendamentos	46.674,99	0,00	46.674,99
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.201.924,36</b>	<b>0,00</b>	<b>1.201.924,36</b>

Circulante	Equipamentos		
	Imóveis	Equipamentos	Total
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
	308.469,22	0,00	308.469,22
Adições	46.674,99	0,00	46.674,99
Baixas	0,00	0,00	0,00
Redução de encargos incorridos	(135.017,04)	0,00	(135.017,04)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>220.127,17</b>	<b>0,00</b>	<b>220.127,17</b>

**3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a Imunidade através do Processo tributário nº 2006.61.00.001474-9/SP, que suspendem a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a

atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos administradores da Entidade em função do valor de mercado. **3.7 – Imobilizado – Bens de Terceiros:** O imobilizado do Butantã é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso.

Descrição	Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2021		
	Posição em 30/12/2020	Aquisição	Posição em 30/12/2021
	Terceiros - Bens Móveis		
Apar Equip Utens			
Med Odont Lab	2.142.410,09	202.489,03	2.344.899,12
Equip Processamento de Dados	865.355,07	89.407,60	954.762,67
Mobiliário em Geral	444.966,00	28.599,75	473.565,75
Máquinas Utens e Equip Diversos	152.230,22	12.462,08	164.692,30
Veículos de Tração Mecânica	0,00	0,00	0,00
Aparelhos de Medição	0,00	0,00	0,00
Aparelhos de Equip Comunicação	0,00	0,00	0,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	159.248,72	25.730,09	184.978,81
Máq e Equip de Naturaza Industrial	0,00	0,00	0,00
Equip p/ Audio Video e Foto	0,00	0,00	0,00
Máq.Ferramentas e Utens de Oficina	22.304,49	2.869,96	25.174,45
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>3.786.514,59</b>	<b>361.558,51</b>	<b>4.148.073,10</b>

Descrição	Posição em 31/12/2020	Posição em 30/12/2021	Taxas anuais médias de ajustes %
	<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros - Bens Móveis</b>		
Apar Equip Utens			
Med Odont Lab	(556.567,39)	(788.027,26)	20
Equip Processamento de Dados	(192.390,17)	(379.407,56)	20
Mobiliário em Geral	(98.112,52)	(141.469,86)	20
Máquinas Utens e Equip Diversos	(77.444,26)	(109.460,85)	20
Veículos de Tração Mecânica	0,00	0,00	20
Aparelhos de Medição	0,00	0,00	20
Aparelhos de Equip Comunicação	0,00	0,00	20
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(32.825,08)	(57.879,88)	20
Máq e Equip de Naturaza Industrial	0,00	0,00	20
Equip p/ Audio Video e Foto	0,00	0,00	20
Máq.Ferramentas e Utens de Oficina	(5.173,74)	(7.547,66)	20
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(962.513,16)</b>	<b>(1.483.793,07)</b>	

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.7.1 Ajuste de Vida Útil Econômica:** A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.8 Ativos e Passivos de Arrendamento Mercantil:** Em conformidade com o CPC 06 R2 - IFRS 16 os arrendatários devem reconhecer as obrigações de pagar ao arrendador como Passivo de Arrendamentos, no grupo Passivo e o direito de usar os Ativos subjacentes devem ser reconhecidos como Ativo de Direito de Uso, no grupo Ativo Imobilizado, ambos a valor presente. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros dos aluguéis foi adotada uma taxa incremental média equivalente à taxa de juros dos demais contratos de financiamentos bancários, que é de 0,99% a.m. Os custos dos contratos de arrendamento mercantil, apropriados em linha com CPC 06 (R2) gera uma distorção temporária comparados com fluxos de caixa. No entanto, o efeito é nulo ao fim do contrato. Ou seja, a soma das depreciações com os juros apropriados, conforme o IFRS 16 é igual às despesas de aluguéis previstas no contrato. O quadro abaixo demonstra o efeito destas variações: Demonstração do efeito cumulativo dos contratos de arrendamento- IFRS 16., em 31/12/2021.

folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, os saldos a pagar em 2020 representam R\$ 377.753,89 (trezentos e setenta e sete mil e setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos) os saldos a pagar em 2021 representam R\$ 412.428,45 (quatrocentos e doze mil e quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos). **3.16 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados nesta conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição totalizando em 2020 o saldo de R\$ 48.356,24 (quarenta e oito mil e trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos) e em 2021 o saldo de R\$ 44.659,06 (quarenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e nove reais e seis centavos). **3.17 – Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2021 representa R\$ 439.395.307,07 (quatrocentos e trinta e nove milhões e trezentos e noventa e cinco mil e trezentos e sete reais e sete centavos). **3.18 – Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. No exercício de 2021, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações em que a possibilidade de perda era tida como "possí-

vel" o montante chegou a R\$ 2.809.905,38 (dois milhões e oitocentos e nove mil e novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos). E ainda acumulou passivo de reclamações cíveis como "possível" o montante de R\$ 182.256,00 (cento e oitenta e dois mil e duzentos e cinquenta e seis reais) conforme demonstra abaixo quadro explicativo:

Contingências Passivas	SPDM - Rede Assistencial Butantã		
	Provável	Possível	Remota
Trabalhista	185.045,10	2.809.905,38	0,00
Cível	0,00	182.256,00	0,00
Tributária	0,00	0,00	0,00

**3.20 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4 – Origens e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através de comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 – Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 1.030.907,62 (hum milhão e trinta mil e novecentos e sete reais e sessenta e dois centavos). **4.2 – Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** No exercício de 2021 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 2.692,38 (dois mil e seiscentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos) a título de doações em medicamentos, como Propofol, Rocuronio, Atracurio, Midazolam, com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus pacientes no combate à pandemia do COVID- 19. **4.4 – Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

Receitas Efetivas 2021 - Unidades Afiliadas		R\$
CNPJ nº 61.699.567/0069-80		
<b>Contrato de Gestão</b>		
2015-0.229.389-3 - R022/2016 - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Butantã - TAs 41 a 46 / 48 a 51 / 56 a 58 / 60 e 61 / 64 a 66 Custeio Fonte 00		157.883.264,92
2015-0.229.389-3 - R022/2016 - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Butantã - TAs 41 a 46 / 48 a 51 / 56 a 58 / 60 e 61 / 64 a 66 Custeio Fonte 02		37.570.504,96
<b>Total</b>		<b>195.453.769,88</b>

**5 - Patrimônio Líquido:** A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido no período de 2020 e 2021. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 224.184.059,89 (duzentos e vinte e quatro milhões e cento e oitenta e quatro mil e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.337.396,76 (hum milhão e trezentos e trinta e sete mil e trezentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 208.929.986,07 (duzentos e oito milhões e novecentos e vinte e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e sete centavos); encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 16.591.470,58 (dezesseis mil e quinhentos e noventa e um mil e quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos). **7 - Das disposições da Lei 12.101 e portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (**Artigo 7º**): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (**Artigo 9º**): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneros com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (**3º para fins do disposto no § 2º deste artigo**), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (**Artigo 10º**): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. **Unidades de Educação Superior e Básica:** citar resumidamente os Artigos 18 e 19 da LC 187/2021 e Artigo 26 §1. **Unidades de Assistência Social:** citar resumidamente os Artigos 29, 30 e 31. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2021 nesta unidade a seguinte produção: continua...



...continuação		Ano			
Rede Assistencial STS Butantã		2018	2019	2020	2021
<b>Grupo Detalhe</b>					
Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica	Detalhe Original	494.835	393.649	186.419	299.469
Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica	Consulta Médica - UBS/ESF/PAI	184.409	220.556	86.633	145.708
Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica	Consulta não médica-UBS/ESF/PAI	138.628	126.721	47.940	32.503
Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica	Procedimento Odontológico	569.030	672.475	536.618	552.730
Atendimento Ambulatorial Especializado	Visita Domiciliar UBS/ESF/PAI	1.333	37.007	17.615	10.235
P.S/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	Cirurgia ambulatorial	139.587	270.031	313.885	564.891
SADT	Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	21.104	285.728	171.725	213.234
CAPS	SADT Total				8
CAPS	Atendimento em Oficina Terapeutica I - Saude Mental				10
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Atendimento em Psicoterapia de Grupo				345
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Assistente Social				1.339
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Consulta Médica - URSI				971
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Enfermeiro				500
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Fisioterapeuta				175
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Nutricionista				741
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Psicólogo				559
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Fonoaudiologia				377
Unidade de Referência Saúde do Idoso - RSI	Profissional de Educação Física na Saúde				

  

8 – Relatório de Execução do Contrato de Gestão		SPDM - Rede Assistencial da Supervisão Técnica da Saúde Butantã			
Rede Assistencial da STS Butantã		Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021			
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021		Receitas	Custeio	Investimento	
Linha de Contratação	Total	Repasses do Contrato / Convênio	194.756.086,93	697.682,95	
	Contratado	Realizado	Receitas Financeiras e Outras Receitas	1.337.396,76	0,00
<b>Atendimento Ambulatorial -Atenção Básica</b>	<b>1.672.664</b>	<b>1.007.255</b>	<b>Total das Receitas</b>	<b>196.093.483,69</b>	<b>697.682,95</b>
Consulta Médica - UBS	255.924	133.749	<b>Despesas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>
Consulta Médica - ESF	284.464	211.686	Despesas com Pessoal	158.257.084,04	0,00
Consulta Enfermeiro - ESF	79.092	47.230	Despesas com Materiais,		
Visita Domiciliar ACS - ESF	762.400	536.209	Serviços e Outras Despesas	50.492.691,66	180.210,37
Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/UBS	63.072	28.165	<b>Total das Despesas</b>	<b>208.749.775,70</b>	<b>180.210,37</b>
Cirurgião Dentista (procedimento) ESB/UBS	220.752	47.010	<b>9 – Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas:</b> Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 44.929.451,43 (quarenta e quatro milhões e novecentos e vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput		
Cirurgião Dentista Protesista	4.320	712			
Nº de idosos em acompanhamento.	2.640	2.494			
<b>Atendimento Ambulatorial - Atenção Especializada - Total</b>	<b>46.296</b>	<b>36.776</b>			
<b>Centro Especializado Odontológico</b>	<b>11.136</b>	<b>5.542</b>			
Nº Atendimento Protesista	7.200	3.647			
Nº Atendimento Cirurgia Oral Menor	576	539			
Nº Procedimento Cirurgia Oral Menor	960	323			
Nº Próteses Entregues	2.400	1.033			
<b>Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD -Rede Hora Certa</b>	<b>23.568</b>	<b>18.522</b>			
Nº de exames Total	23.568	18.522			
<b>Serviço Cirúrgico do Hospital Dia - HD-Rede Hora Certa.</b>	<b>5.856</b>	<b>5.159</b>			
Cirurgia Ambulatorial	1.536	1.399			
Procedimento Médico	4.320	3.760			
<b>Hospital Dia -HD-Rede Hora Certa.</b>					
<b>Consulta Médica</b>	<b>1.944</b>	<b>1.664</b>			
Consulta Ambulatorial	1.944	1.664			
<b>Centro de Atenção Psicossocial -CAPS</b>	<b>3.600</b>	<b>5.697</b>			
Nº de pacientes com cadastro ativo	3.600	5.697			
<b>Serviço Residencial Terapêutico - Acompanhamento</b>	<b>192</b>	<b>192</b>			
Nº de pessoas residentes	192	192			

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Dr. João Ladislau Rosa - Diretor Técnico RASTS Butantã

Elaine Cristina Albino Marques - Contadora - CRC 1SP270478/O-0

Relatório dos Auditores Independentes		Opinião sobre as demonstrações contábeis:	
Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:</b> Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. <b>Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3</b> - Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.			

## Equinix do Brasil Soluções de Tecnologia em Informática Ltda.

CNPJ 03.672.254/0001-44

## Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, a administração da Equinix do Brasil Soluções em Tecnologia em Informática LTDA tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras consolidadas, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no período, bem como a situação patrimonial da Sociedade. Colocamos-nos a disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimento adicional que julguem necessários. **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)		Consolidado		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>534.184</b>	<b>258.211</b>	<b>132.109</b>	<b>120.002</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	339.500	69.468	10.812	7.622	Imposto de renda e contribuição social diferido
Contas a receber de clientes	136.596	125.900	44.325	44.359	Provisão (reversão) para contingências
Tributos a recuperar	34.507	43.893	30.032	20.393	Juros sobre empréstimos de partes relacionadas
Despesas do exercício seguinte	19.394	17.811	37.205	35.879	Juros sobre arrendamentos
Outros ativos	4.187	1.139	-	174	Contas a receber de clientes
<b>Não circulante</b>	<b>1.726.336</b>	<b>1.785.252</b>	<b>1.037.434</b>	<b>898.533</b>	Tributos a recuperar
Despesas do exercício seguinte	22.778	17.017	5.428	4.896	Despesas do exercício seguinte
Contas a receber de partes relacionadas	-	27.441	1.587	2.047	Outros ativos
Provisão para IR e CS Diferido	29.214	77.972	2.720	4.631	Fornecedores
Imobilizado líquido	1.353.303	1.394.269	46.285	14.624	Obrigações trabalhistas e tributárias
Intangível	267.308	248.226	6.171	5.416	Adiantamento de clientes
Ativo de Direito de Uso	53.733	20.327	-	-	Impostos parcelados
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.260.520</b>	<b>2.043.462</b>	<b>1.037.434</b>	<b>898.533</b>	Provisão para Contingencia
					Outros
					<b>Caixa proveniente das operações</b>
					<b>489.149</b>
					Pagamento de IR e CS
					<b>(23.715)</b>
					<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>
					<b>465.434</b>
					<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>
					<b>(346.051)</b>
					Aquisição de ativo imobilizado
					182.522
					Venda de Ativo Imobilizado
					27.421
					Empréstimos a receber partes relacionadas
					3.551
					Aumento de Intangível
					(27.421)
					Aumento de capital
					(21.974)
					Ativo de Direito de Uso
					<b>(21.974)</b>
					<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>
					<b>(181.952)</b>
					<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>
					<b>(13.450)</b>
					Pagamento de arrendamentos
					<b>(13.450)</b>
					<b>Caixa líquido proveniente das (aplicações nas) atividades de financiamento</b>
					<b>(13.450)</b>
					<b>(11.364)</b>
					Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa
					270.032
					<b>Caixa e equivalentes caixa - início do exercício</b>
					<b>69.468</b>
					<b>Caixa e equivalentes caixa - fim do exercício</b>
					<b>339.500</b>
					<b>69.468</b>

Marcelo Fernandes dos Santos - Contador - CRC 1SP265979/O-3